

## **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE/ES – REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016**

O presente relatório compõe a Prestação de Contas do Prefeito do Município de Muniz Freire/ES, relativo ao exercício financeiro de 2016, conforme disposto no artigo 3º, §3º da Resolução 227/2011, e na Instrução Normativa nº 034/2015 (Anexo 1).

O objetivo principal do Relatório de Avaliação do Cumprimento do Plano de Ação para Implantação do Sistema de Controle Interno é demonstrar a evolução do processo de implantação do Sistema de Controle Interno - SCI no Município.

Quanto ao processo de implantação do SCI, no exercício de 2016, esta Controladoria priorizou a elaboração das Instruções Normativas do Sistema de Recursos Humanos (IN SRH 001/2016 - Dispõe sobre procedimentos de admissão de pessoal em cargo efetivo no âmbito do poder executivo do Município de Muniz Freire/ES e dá outras providências; IN SRH 002/2016 - Dispõe sobre a admissão de pessoal, mediante contrato temporário, no âmbito do poder executivo do Município de Muniz Freire/ES, e dá outras providências; IN SRH 003/2016 Dispõe sobre a admissão de pessoal para o exercício de cargo comissionado e função gratificada no âmbito do poder executivo do Município de Muniz Freire, e dá outras providências).

Vale consignar que esta Controladoria encontrou muitas dificuldades para elaboração das Instruções Normativas, uma vez que o exercício de 2016 foi muito conturbado. A dificuldade orçamentária e financeira do Município de Muniz Freire intensificou ainda mais no ano de 2016, pela análise das demonstrações contábeis facilmente se percebe o quanto a receita do Município só vem diminuindo, as dívidas aumentando, fornecedores cobrando, fim de mandato, ano eleitoral. Foram tomadas inúmeras medidas de contenção de despesa, exoneração de pessoal, paralização de inúmeros serviços, entre outros.

Faz-se necessário esclarecer que, infelizmente, no ano de 2016 a evolução do processo de implantação do SCI não foi tão grande como nos anos anteriores, uma vez que toda a equipe de gestão foi orientada a priorizar somente os serviços essenciais, realizar estudos para conter gastos e negociar dívidas, o que dificultou muito o trabalho da Controladoria no que se refere à confecção das Instruções Normativas.

Diante do contexto acima relatado foi necessária a assessoria direta desta Controladoria junto aos servidores e dos gestores no dia a dia, para auxiliar a tomada de decisões, conscientizar os servidores a real situação financeira e orçamentária do Município (uma vez que muitos tiveram benefícios cortados), fiscalizar a correta implantação do Portal da Transparência, entre outros.

No entanto, a nova gestão já sinalizou que prestará o apoio necessário a esta Controladoria para que a implantação do SCI seja concluída e consolidada, inclusive, o planejamento é que as Instruções Normativas dos Sistemas elencados na Resolução 227/2011 e alterações sejam confeccionadas no primeiro semestre de 2017.

Dentre as ações elencadas destaca-se a fiscalização desta Controladoria nos processos de contratação conforme preceitua o artigo 5º, inciso XVIII, da Lei nº 2.310/2013. De acordo com o Decreto nº 6.076/2013, baixado a pedido da Controladoria, todos os atos administrativos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão deverão ser remetidos à Controladoria Geral do Município para emissão de parecer, antes da autorização do Prefeito.

Consta no plano de ação apresentado ao TCEES que o prazo final para a realização do concurso público para o provimento de do quadro de pessoal do Órgão Central de Controle Interno seria 30 de agosto de 2015 conforme estabelece o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.310 de 30 de agosto de 2013 que fixou o prazo de 02 anos para a realização do referido concurso público, o que não ocorreu.

A justificativa para a não realização do concurso público para provimento

do quadro de pessoal do Órgão Central de Controle Interno consiste na vedação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto ao provimento de cargos na ocasião em que o limite de despesas totais com pessoal for ultrapassado. Considerando que o Município se encontra com o limite de despesas totais com pessoal acima do máximo permitido pela LRF o concurso público não foi realizado.

Concluo que, embora todas as atribuições do Órgão de Central de Controle Interno recaiam apenas sob a pessoa da Controladora Geral, esta Controladoria, no exercício de 2016, deu continuidade ao trabalho de conscientização da equipe de governo quanto à importância e a necessidade de acolher as orientações e pareceres emitidos pela Controladoria, visando principalmente a eficiente implantação do Sistema de Controle Interno no Município Muniz Freire/ES.

Muniz Freire – ES, 20 de março de 2017.

**FABÍOLA ALVES LOPES**

Controladora Geral do Município  
Decreto nº. 7.078/2017